

EXPRESSION E CONHECIMENTO:

A LINGUAGEM NA *FENOMENOLOGIA DA PERCEPÇÃO*

Danilo Saretta Verissimo★

RESUMO

Este artigo destina-se ao estudo das análises que o filósofo Maurice Merleau-Ponty dedica ao tema da linguagem no livro Fenomenologia da percepção. O filósofo parte da discussão de pesquisas relativas à psicopatologia da linguagem. Nelas, afirma-se que os doentes estariam limitados a uma atitude concreta e, portanto, impedidos de efetuar as formas do comportamento simbólico. Merleau-Ponty adota uma postura crítica em relação à inspiração intelectualista que perpassa essa caracterização e estende suas críticas à psicologia genética de Piaget. É ao registro do gesto que o filósofo vincula a linguagem, enfatizando o seu caráter intencional.

Palavras-chave: Merleau-Ponty; linguagem; fenomenologia.

EXPRESSION AND KNOWLEDGE:

LANGUAGE IN THE *PHENOMENOLOGY OF PERCEPTION*

ABSTRACT

This paper aims to study the philosopher Maurice Merleau-Ponty's analyses of the language theme in the book Phenomenology of perception. The philosopher departs from the discussion of research related to the psychopathology of language. In those studies, it is affirmed that ill people are limited to a concrete attitude and, therefore, impeded from putting in practice forms of symbolic behavior. Merleau-Ponty adopts a critical attitude towards the intellectualist inspiration that permeates this characterization and extends his criticism to Piaget's genetic psychology. It is with the records of gestures that the philosopher links language, emphasizing its intentional nature.

Keywords: Merleau-Ponty; language; phenomenology.

★ Psicólogo. Doutor em psicologia pela Universidade de São Paulo e em filosofia pela Université Jean Moulin - Lyon III, França. É docente do Departamento de Psicologia Evolutiva, Social e Escolar da Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP (Regime de trabalho: RDIDP), e credenciado junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da mesma Faculdade. Endereço: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Departamento de Psicologia Evolutiva Social e Escolar. Av. Dom Antônio, 2100 - Parque Universitário. Assis, SP – Brasil. CEP: 19806-900.
E-mail: danilo.verissimo@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo destina-se ao estudo das análises que o filósofo Maurice Merleau-Ponty dedica ao tema da linguagem no livro *Fenomenologia da percepção*, publicado em 1945. No capítulo intitulado “O corpo como expressão e a fala”, deparamo-nos com o primeiro grande exercício de reflexão sobre a linguagem, assunto que ocupa uma posição importante nas suas produções a partir dos anos 1950. O filósofo enceta suas análises a partir da discussão de pesquisas relativas às patologias da linguagem. Ultrapassado um regime de estudos sobre as afasias, calcados em ideários empiristas, as pesquisas de Pierre Marie, Henry Head e, depois, Gelb e Goldstein, relacionam as disfunções linguísticas de seus pacientes à impossibilidade do exercício de uma linguagem abstrata e desapegada dos aspectos concretos e imediatos da experiência. Segundo Gelb (1933) e Goldstein (1971a), seus doentes estariam limitados a uma “atitude concreta” e, portanto, impedidos de efetuar as formas do “comportamento simbólico”, ou da “atitude categorial”. Merleau-Ponty adota uma postura crítica em relação à inspiração intelectualista que perpassa a caracterização, na neuropsiquiatria, dos atos linguísticos segundo os moldes da atividade categorial. O filósofo estende suas críticas à psicologia genética de Piaget, porquanto ela se funda na ideia de que o desenvolvimento da inteligência envolve a aquisição da capacidade simbólica. É ao “registro do gesto” que o filósofo vincula a linguagem, enfatizando o seu caráter intencional, ou seja, o fato de a mesma mostrar-se no interior de uma correlação inextricável entre o corpo e o mundo.¹

A RESTITUIÇÃO DO SUJEITO FALANTE

As concepções teóricas concebidas na primeira metade do século XX sobre as patologias da linguagem, tanto as de cunho localizacionista quanto as de cunho associacionista, são tradicionalmente ligadas à tutela da psicologia sensualista e à tentativa de conceber a significação da função linguística a partir da decomposição dessa significação em um “agregado de imagens sensíveis” (CASSIRER, 1972, p. 244).² Por sua vez, Merleau-Ponty (1945) associará as concepções das afasias de cunho globalista, representadas principalmente pelos trabalhos de Goldstein, à tutela da psicologia intelectualista, que faz a fala repousar sobre as atividades de pensamento.

A impessoalidade das formulações empiristas a propósito da linguagem é patente. Quer se trate de atrelá-la a mecanismos nervosos que provocam a compreensão e a articulação motora da palavra ou a associações representacionais capazes de gerar uma “imagem verbal” conveniente, são fenômenos em “terceira pessoa” que figuram no centro do ato linguístico. Nesse caso, “não há ninguém que fale”, diz Merleau-Ponty (1945, p. 204). Do encontro fortuito de elementos sensíveis de significação, não é possível a emergência de nenhuma subjetividade. Os pesquisadores passaram a pôr em causa as funções linguísticas “do ponto de vista do valor que lhes é atribuído pelo **sujeito falante**” (GOLDSTEIN, 1971a, p. 299, grifo nosso) e a destacar a animação do mundo implicada na integridade do ato linguístico. Goldstein (1971a, p. 344), a partir de pesquisas com pacientes

afásicos, afirmava que “O doente [...] parece mover-se como um homem sem alma em um mundo sem alma”, colocando, pois, em questão o “[...] elo psíquico que nos une ao mundo e aos nossos semelhantes”. Tratou-se, pois, de circunscrever uma espécie de “linguagem intencional”, diz Merleau-Ponty (1945, p. 204). Poder-se-ia mesmo falar de uma “teoria existencial da afasia”, caso os pesquisadores tivessem se atido a tratar “[...] o pensamento e a linguagem objetiva como duas manifestações da atividade fundamental pela qual o homem se projeta para um ‘mundo’” (MERLEAU-PONTY, 1945, p. 222).

O fato é que as teorias “modernas” da afasia, tais como a de Goldstein, colocam-nos entre a alternativa da “[...] palavra como instrumento de ação e como meio de denominação desinteressada” (MERLEAU-PONTY, 1945, p. 204). Goldstein (1971a) destacou o caráter instrumental da linguagem ao considerar o desembaraço com que seus pacientes utilizavam-na em atividades determinadas por situações concretas, situações em que a linguagem mostrava-se subordinada à ação e ao real. A linguagem do sujeito são também revela uma função instrumental, diz o autor, mas neste caso seu valor de instrumento vincula-se à função representativa, ao fato de que a palavra encontra-se fundada numa “atitude conceitual” voltada à compreensão e à ordenação objetiva dos fatos, e que implica o domínio do “mundo do olhar” (GOLDSTEIN, 1971a, p. 344). Para Merleau-Ponty (1945), somos levados a atinar com a instabilidade dos estudos em neurociências e em psicologia entre o corpo e a consciência, entre o mecanicismo e o intelectualismo, e ainda entre a ordem fenomenal do homem como ser no mundo. A instrumentalidade concreta da linguagem pressuporia processos mecânicos, enquanto o caráter contemplativo e ordenador da linguagem abstrata pressuporia fenômenos de entendimento.

É na perturbação do pensamento que deveria ser procurada a origem de certos tipos de afasia. É disso que trata a fórmula que identifica no doente a impossibilidade de “subsumir os dados sensíveis sob uma categoria” (MERLEAU-PONTY, 1945, p. 205), de encontrar sob a variedade de manifestações de um objeto, um *eidós* que o represente. Uma paciente de Goldstein (1971b) mostrava-se incapaz de nomear adequadamente um objeto apresentado a ela, por exemplo, uma faca. Ela referia-se ao instrumento por meio de expressões como “cortador de maçã”, ou “faca de pão” ou “descascador de batata”, segundo as várias situações em que o objeto lhe fora apresentado. As palavras apenas possuíam um sentido dentro dessas associações circunstanciadas, não chegando a representar a classe abstrata sob a qual o objeto poderia ser classificado.

O VALOR EXPRESSIVO DAS PALAVRAS

Na *Fenomenologia da percepção*, Merleau-Ponty (1945) problematiza esse gênero de formulação acerca da linguagem, calcado na delimitação de uma função simbólica. O filósofo discute o problema da expressividade das palavras. Segundo o autor, as psicologias empiristas, mecanicistas e intelectualistas dedicam-se ao estudo da linguagem de modo antinômico. Para aquelas, o fenômeno

da linguagem envolve a revivescência da imagem verbal, para estas a linguagem não passa de invólucro de uma operação subjetiva de cognição. De uma maneira ou de outra, a palavra é esvaziada de sentido.

As concepções intelectualistas da linguagem, que nos interessam aqui, fariam a eficácia da palavra repousar sobre a atividade categorial, fenômeno “interior” que teria na palavra um instrumento de exteriorização. Poder-se-ia, mesmo, pensar a atividade categorial independentemente da linguagem. Se é difícil conceber uma subjetividade a partir da compreensão empirista da formulação linguística, no intelectualismo concebe-se de bom grado o sujeito, mas não um sujeito falante, e sim um sujeito pensante. Trata-se de atrelar o pensamento a funções de representação e de estabelecer, entre o pensamento e a fala, relações meramente “exteriores”. A fala comunicaria um sentido, mas um sentido que ela não possui e que ela seria apenas encarregada de veicular. A atividade doadora de sentido ficaria mesmo a cargo de operações categoriais, ancoradas numa consciência portadora e geradora de significações e que apenas dependeria do manejo de signos linguísticos capazes de traduzi-las para o exterior.

Por que, todavia, tanto discurso se nada de novo fosse produzido na fala e se o pensamento representasse a posse de si, a plena coincidência consigo, pergunta Merleau-Ponty (1945)? O sentido de tudo que falamos, que escrevemos, e de tudo que produzimos em matéria de arte, seja na pintura, na música, na literatura ou no cinema, já é possuído por nós? Segundo o filósofo, a experiência que temos da linguagem atesta algo bastante distinto, atesta uma perseverança em direção à expressão, uma exigência de vociferação, incompatíveis com a posse interior e indiferente de um sentido. A construção do significado se faz no próprio ato de expressão, diz o autor, e, portanto, não há outro meio de nos apropriarmos do significado senão através da expressão. Merleau-Ponty (1945, p. 207) escreve: “[...] a fala, naquele que a realiza, não traduz um pensamento já feito, mas o consoma”. Com efeito, não é possível que haja um pensamento que prescindia da linguagem. Um pensamento puro seria um pensamento vazio e, portanto, não existiria para si. A vida mental já é uma vida cultural, o que nos remete à nossa experiência do mundo. A linguagem não é, por conseguinte, tradução do pensamento, mas a tomada de posição do sujeito no seu mundo, como qualquer outro ato que emane do nosso corpo.

O importante, segundo Merleau-Ponty (1945), é desfazer o equívoco segundo o qual a linguagem, como outro meio expressivo qualquer, seria precedida por uma atividade silenciosa de conhecimento, seja no tocante ao sujeito falante, seja no que tange àquele que escuta. No início, não há operações de representação expressa dos objetos, das relações entre eles, e que encontram nas palavras a sua transposição a um sistema de signos que poderá ser decodificado por outrem. O que há é uma intenção significativa do mesmo gênero da que anima nossa atividade motora, “uma certa carência que procura preencher-se” (MERLEAU-PONTY, 1945, p. 214), e que não possui outro modo de ser conquistada, ainda que parcialmente, senão pela sua atualização expressiva. O sujeito falante permanecerá ignorando seus pensamentos enquanto não formulá-los, assim como músicos,

pintores, escritores, escultores não conhecem sua obra enquanto não a realizam. A palavra é o próprio pensamento, ela carrega seu sentido, que não existe apartado dela. Merleau-Ponty (1945, p. 212) exprime-se da seguinte maneira:

As palavras apenas podem ser as “fortalezas do pensamento” e o pensamento apenas pode procurar a expressão se as falas são por si mesmas um texto compreensível e se a fala possui uma potência de significação que lhe seja própria. É preciso que, de uma maneira ou de outra, a palavra e a fala deixem de ser uma maneira de designar o objeto ou o pensamento para se tornarem a presença deste pensamento no mundo sensível e, não sua veste, mas seu emblema ou seu corpo.

OS NOMES E AS COISAS: EM TORNO DE PIAGET

O sentido do que diz Merleau-Ponty acerca da potência de significação da palavra pode ser aprofundado ao nos dedicarmos a desenvolver uma menção que o filósofo faz a Piaget. O filósofo comenta: “Como se disse frequentemente [em nota, Piaget é citado], para a criança o objeto não é conhecido senão quando é nomeado, o nome é a essência do objeto e reside nele do mesmo modo que sua cor e que sua forma” (MERLEAU-PONTY, 1945, p. 207). Pouco a pouco a criança tornar-se-ia capaz de conceber a existência natural das coisas e o caráter de signo das palavras.

Na obra referida por Merleau-Ponty, Piaget (2003[1926]) dedica-se, entre outras coisas, a examinar o que designa por “realismo nominal”. O psicólogo propôs-se, por exemplo, a estudar o que representa o nome das coisas para crianças entre 5 e 12 anos. Para tanto, entrevistou-as, solicitando que respondessem questões tais como: “O nome do sol, como que ele começou?”; “Como se soube que o sol se chamava assim?”; “Onde está o nome do sol?”; “O sol sabe seu nome?”; “Poderíamos ter chamado o sol ‘Lua’ e a lua ‘Sol’?”. Começamos pela seguinte afirmação de Piaget (2003[1926], p. 54):

Até em torno de 11 anos [...] pensar é falar – seja que se pensa com a boca, seja que o pensamento seja uma voz localizada na cabeça –, e falar consiste em agir sobre as próprias coisas por intermédio das palavras, as palavras participando de alguma maneira das coisas nomeadas tanto quanto que da voz que as pronuncia. Em tudo isso, não há, pois, nada mais que substâncias e ações materiais. Há realismo, e realismo devido a uma perpétua *confusão* entre o sujeito e o objeto, entre o interno e o externo (grifo nosso).

Piaget entreviu, ao longo do desenvolvimento infantil, uma “distinção progressiva dos signos e das coisas” (PIAGET, 2003[1926], p. 77). Até por volta dos 6-7 anos de idade, encontramos uma “primeira e grosseira” forma de confusão entre o signo e a coisa. Nesse estágio, as crianças consideram que os nomes emanam das coisas, que os nomes encontram-se nelas, e que basta olhá-las para descobrir como denominá-las. Tudo se passa, nesse período, como se o nome

fizesse parte da essência das coisas, condicionando sua própria criação. Segue, a título de exemplo, um pequeno trecho de entrevista com um menino de 7 anos de idade: “– Como eles [os primeiros homens] souberam que o sol chama-se assim? – Porque ele era brilhante’. – Mas de onde vem esse nome? – ‘Sozinho’” (PIAGET, 2003[1926], p. 62). Trata-se aqui, segundo Piaget, da forma mais pura do realismo nominal, em que a coisa compreende, a título intrínseco, o seu nome.

Num estágio seguinte, pode-se vislumbrar uma primeira separação entre o nome e as coisas. Contudo, o dualismo entre o “interno” e o “externo” ainda não se encontra bem delimitado. Nesse caso, o nome ainda não é identificado com a atividade do sujeito pensante. O próprio pensamento é tido como algo que se encontra, ao mesmo tempo, em nós e no ambiente, no ar etc. Quanto ao nome, é então localizado pela criança por toda parte, especialmente por toda parte onde ele tenha sido pronunciado. Segue outro trecho de entrevista, dessa vez com um menino de 6 anos e 6 meses de idade:³ “– E o seu nome, onde ele se encontra? – ‘Na casa’. – Em qual casa? – ‘Em todas as casas que o conhecem’. – Ele está nesta casa? – ‘Sim’. – Por quê? – ‘Porque ele é falado’” (PIAGET, 2003[1926], p. 68).

Segundo Piaget (2003[1926]), o terceiro estágio já se caracteriza pela “descoberta” de que os nomes estão em nós, que emanam de um “interior”. Grande parte das crianças, nesse período, diz que os nomes encontram-se “na cabeça”; em casos intermediários, os nomes são localizados na boca ou na voz. Um menino de 10 anos de idade responde da seguinte forma às perguntas do pesquisador: “– Onde estão os nomes? O nome do sol, por exemplo? – ‘Na cabeça’. – Em qual? – ‘Na nossa. Em todas, menos naquelas que não sabem’” (PIAGET, 2003[1926], p. 70).

Vale acrescentar que Piaget (2003[1926]) opera a distinção entre um realismo ontológico, ligado ao problema da existência, do lugar e da origem dos nomes, e um realismo lógico, que se refere ao caráter de signo dos nomes. No âmbito do realismo lógico, o problema é a instabilidade entre a consideração dos nomes como signos quaisquer ou a atribuição a eles de um valor lógico intrínseco. O autor admite a íntima dependência entre os problemas ontológicos e o problema lógico, mas afirma a persistência prolongada do segundo em relação aos primeiros. Mesmo crianças que já reconhecem o caráter “interior” do ato de nomear continuam a crer que o nome implique, não mais a própria coisa, mas a ideia da coisa. Vejamos mais um extrato de entrevista, dessa vez com um menino de 9 anos e seis meses de idade:

– Poderíamos mudar os nomes, dar outros nomes? Você, seu nome é Louis, poderíamos ter chamado você Charles? – *Sim*. – Poderíamos ter chamado esta cadeira “Stuhl”? – *Sim, porque é uma palavra alemã*. [...] Poderíamos ter chamado o sol “a lua” e a lua “sol”? – *Não*. – Por quê? – *Porque o sol brilha mais que a lua* (PIAGET, 2003[1926], p. 72).

Até os 10 anos de idade, afirma Piaget (2003[1926]), as crianças admitem que os nomes contêm a ideia da coisa, o que o autor denomina “instinto etimológico”. Entre 10 e 11 anos, para a criança há simplesmente acordo entre nome

e coisa. Elas dizem, a propósito de um objeto qualquer: “seu nome vai bem”. É apenas após os 11-12 anos, diz Piaget, que os nomes adquirem o *status* de puro signo. Trata-se de um processo cujo apogeu coincide com o estabelecimento da distinção entre pensamento e mundo externo. A criança adquire consciência da sua subjetividade e vê-se desprendida do realismo inicial, marca da “confusão de contribuições externas e de contribuições internas” (PIAGET, 2003[1926], p. 141).

Na *Fenomenologia da percepção*, Merleau-Ponty anuncia sua oposição ao que considera o cartesianismo de Piaget. Recorramos às próprias palavras do filósofo:

Por volta dos doze anos de idade, diz Piaget, a criança efetua o *cogito* e encontra as verdades do racionalismo. Ela se descobriria ao mesmo tempo como consciência sensível e como consciência intelectual, como ponto de vista sobre o mundo e como chamada a ultrapassar este ponto de vista, a construir uma objetividade no nível do juízo. Piaget conduz a criança à idade da razão como se os pensamentos do adulto se bastassem e suprimissem todas as contradições. Mas, na realidade, é preciso que de alguma forma as crianças tenham razão contra os adultos ou contra Piaget, e que os pensamentos bárbaros da primeira idade permaneçam como uma aquisição indispensável sob os pensamentos da idade adulta, se é que deve haver para o adulto um mundo único e intersubjetivo (Merleau-Ponty, 1945, p. 408).

Todo o esforço pela obtenção de afirmações objetivas, apegadas a uma multiplicidade virtual de pontos de vista, não seria suficiente para determinar a subjetividade, diz Merleau-Ponty (1945), caso não contássemos com uma certeza primordial de que vemos e tocamos o próprio ser e de que nos encontramos permanentemente situados em relação a uma intersubjetividade. Essa certeza primordial prescinde de atos de representação.

As críticas do filósofo à psicologia genética piagetiana tornam-se mais manifestas em seus *Cursos da Sorbonne*. Merleau-Ponty afirma que Piaget investiga o desenvolvimento infantil sempre a partir “do estado de espírito do físico adulto” (MERLEAU-PONTY, 2001, p. 509). Não se trata, portanto, nem mesmo de considerar as ambiguidades da vida adulta, mas tão somente sua capacidade expressiva objetiva e lógica, tal como exercitada no âmbito das ciências. Dessa perspectiva, nasce uma concepção geral da infância que “[...] a vislumbra unicamente sob o seu aspecto provisório, portanto negativo” (MERLEAU-PONTY, 2001, p. 50).

Merleau-Ponty voltaria a dedicar-se ao estudo dos trabalhos de Piaget a partir de 1959. Segundo Saint Aubert (2006), manuscritos inéditos do filósofo mostram uma referência massiva a Piaget no momento em que era preparada a redação de *O visível e o invisível* (MERLEAU-PONTY, 2006[1964]). Novamente, Merleau-Ponty censura o psicólogo por não ter se atido ao “sentido positivo das primeiras estruturas infantis” (SAINT AUBERT, 2006, p. 241). Piaget teria

tido acesso a um “tesouro” ao qual não dera o valor adequado, tendo reduzido a percepção infantil a um “pensamento mutilado” (MERLEAU-PONTY, 1959 apud SAINT AUBERT, 2006, p. 242).

É interessante notar a semelhança entre esse “cenário” piagetiano e o “cenário” cartesiano, ao qual se endereça Merleau-Ponty ao longo da sua obra. Seguem dois trechos de notas de trabalho inéditas do filósofo, a primeira referente a Descartes, a segunda, a Piaget:

A interferência [*l’empiétement*], que é para mim a filosofia, não é para Descartes senão confusão (MERLEAU-PONTY⁴ apud SAINT AUBERT, 2006, p. 243).

A passagem do sincretismo ou ser bruto ao pensamento articulado, descentrado: é preciso compreendê-la como diferenciação do polimorfo e não (Piaget) como construção. [...] Conclusão: promiscuidade do Ser [...] é assim que compreendemos o que Piaget chama a “confusão”, o “sincretismo”, e que ele caracteriza negativamente em relação às noções puras (MERLEAU-PONTY, 1959 apud SAINT AUBERT, 2006, p. 243-244).

Se Merleau-Ponty admite a aderência entre o nome e a coisa em nossa experiência, a ponto de que um objeto que nos seja familiar possa carregar um quê de indeterminação enquanto não saibamos o seu nome, é porque a idade adulta e a infância não são concebidas por ele em oposição. O estado bruto que o passado infantil representa não é ultrapassado; ele passa por um processo contínuo de diferenciação. Conforme Bimbenet (2004, p. 285), para Merleau-Ponty “[...] o adulto é aquele que, contrariamente a um intelectualismo muito confiante, não terá jamais rompido com a infância”.

A discussão que Merleau-Ponty elabora acerca do pretenso caráter fortuito dos signos verbais, ocorre sob o plano de fundo da oposição do filósofo ao intelectualismo representado por autores como Piaget. A imanência do sentido dos gestos é mais facilmente identificada, pondera Merleau-Ponty, do que a imanência do sentido da fala. A expressão das emoções implica as próprias emoções. O filósofo comenta: “o sorriso, o rosto distendido, a alegria dos gestos contêm realmente o ritmo de ação, o modo de ser no mundo que são o próprio júbilo” (MERLEAU-PONTY, 1945, p. 217). Comumente, os gestos são tidos como signos naturais, enquanto as palavras como signos convencionais. Isso porque, a exemplo do que considera Piaget, as palavras são tomadas em seu sentido conceitual e, portanto, enquanto signos puros. Mas, como nota Merleau-Ponty (1945, p. 218), as convenções, com seu caráter arbitrário, são “[...] um modo de relação tardio entre os homens [...]” e pressupõem uma comunicação primordial na qual a linguagem precisa ser reinserida. As palavras, tal como aprendemos com as crianças, exprimem a essência emocional das coisas. Voltemos ao que escreve Merleau-Ponty (1945, p. 218):

Se pudéssemos retirar de um vocabulário aquilo que é devido às leis mecânicas da fonética, às contaminações das línguas estrangeiras, à racionalização dos gramáticos, à imitação da língua por si mesma, sem dúvida descobriríamos na origem de cada língua um sistema de expressão bastante reduzido, mas tal, por exemplo, que não seja arbitrário chamar de luz a luz se chamamos noite a noite. A predominância das vogais numa língua, das consoantes em uma outra, os sistemas de construção e de sintaxe não representariam tantas convenções arbitrárias para exprimir o mesmo pensamento, mas diversas maneiras do corpo humano celebrar o mundo e finalmente vivê-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há, portanto, para o filósofo, um conjunto de signos arbitrariamente concebidos para representar um pensamento puro. Tampouco, trata-se de reduzir a linguagem à simples expressão de emoções. O mesmo alargamento espaço-temporal presente no modo como acolhemos as situações que vivemos expressa-se na mímica emocional do gesto e na linguagem, doravante tida como gesto linguístico. O que comporta diferenças acentuadas nas diversas culturas humanas é o modo como usamos o corpo no comércio com o mundo e com outrem. O estabelecimento desse uso, que pressupõe que nos situemos desde o princípio num mundo que é também social, implica o estabelecimento do gestual privilegiado na relação do homem com o mundo sensível.

Quanto ao que chamamos de ideia, é forçoso dizer que se liga necessariamente a atos de expressão e que, principalmente, no tocante à linguagem, tudo se passa como se o ato expressivo fosse dissimulado em favor de uma pretensa autonomia do pensamento ou da própria ideia. A coincidência do *cogito* cartesiano com o eu é uma ilusão, diz Merleau-Ponty (1945), e depende da objetivação acarretada, sobretudo, pela linguagem, que, paradoxalmente, eterniza em nós, por meio de significações já disponíveis, intenções marcadas sempre pelo “excesso do significado sobre o significante” (MERLEAU-PONTY, 1945, p. 447). De onde viria o privilégio da linguagem na construção da ilusão do pensamento? Da sua capacidade de se sedimentar e de instituir uma aquisição intersubjetiva, diz Merleau-Ponty. A fala instala a ideia de verdade e se esquece em favor do “ideal de um pensamento sem fala” (MERLEAU-PONTY, 1945, p. 221). Diferentemente dos sons na música e das cores na pintura, as palavras parecem poder prescindir de seus instrumentos materiais. A fala prosaica e, sobretudo, a fala científica possuem a pretensão de expressar a verdade da natureza em si. É justamente essa pretensão à verdade que encobre o pensamento enquanto fenômeno de expressão e faz das palavras meros instrumentos da razão.

Vimos Merleau-Ponty contrapor-se a duas formas deste ideal do pensamento puro. As formulações teóricas de Goldstein advêm de pesquisas em psicopatologia da linguagem e instituem uma cisão entre o exercício linguístico instrumental, voltado para o aspecto concreto de situações imediatamente vi-

vidas, e o exercício linguístico sustentado por uma função simbólica, capaz de manipular os signos da língua enquanto representantes de categorias abstratas. Nos estudos de Piaget acerca do modo como as crianças representam o nome das coisas, constata-se o ideal da gratuidade dos signos verbais. Do realismo nominal a criança deveria caminhar para a concepção das palavras como signos admitidos por convenção. Desta abordagem, sobressai a concepção de uma atividade pensante capaz de instituir os meios de exteriorizar-se.

Opondo-se à ideia de eu como puro conhecimento de si mesmo, Merleau-Ponty (1945, p. 453) argumenta que a “única maneira de pensar o pensamento, é, primeiro, pensar alguma coisa”, visar algo. Atendo-se às concepções do filósofo, é preciso acrescentar que as modalidades sob as quais o ato de visar algo se mostra são encarnadas. A percepção não é uma contemplação desinteressada. O ato perceptivo não se dá sem movimentos de referência ao mundo, sem uma mímica de contato. A linguagem é manifestação deste mesmo processo. Da mesma forma que o corpo investe as coisas que nos rodeiam de significado, operando a estruturação da nossa experiência, o gesto linguístico implica uma modulação corporal significativa. O fato do gesto linguístico utilizar signos cujo significado são partilhados entre os que dominam o emprego de uma determinada língua não deve ofuscar o fato de que, quando falamos, aquilo que expressamos não existe à parte da expressão e que, além disso, o conjunto expressivo apenas adquire pleno sentido em situação.

Cumprе assinalar que o problema da linguagem, em correlação ao da percepção, recebe um novo tratamento em trabalhos elaborados por Merleau-Ponty, a partir de 1951 (MERLEAU-PONTY, 2003[1960], 2008[1969], 2011). Apropriando-se de conceitos advindos da linguística de Ferdinand de Saussure, o filósofo sustenta a existência de uma forma diacrítica comum à percepção, descrita como expressão silenciosa, e aos atos linguísticos (BARBARAS, 1998; CARBONE, 1993).

NOTAS

¹Ao falarmos sobre o caráter intencional da linguagem, fazemos referência ao conceito husserliano de intencionalidade. Segundo Barbaras (2009[1994], p. 49), Husserl, contrapondo-se à tese naturalizante do mundo, afirma a fenomenalidade do mundo, ou seja, o fato de que “o sentido de ser do mundo é ser para uma consciência”. A consciência é igualmente desnaturalizada. O mundo é *para* uma consciência e não *na* consciência. E, na mesma medida, a própria consciência é *para* o mundo. Este fato é o que Husserl denomina *intencionalidade*. Trata-se da propriedade essencial à consciência de abrir-se a algo distinto dela mesma, de visar algo. Tem-se fundada uma “correlação universal” (HUSSERL, 2004[1954], p.172) entre a consciência e o mundo que prescreve aos termos a impossibilidade de preexistirem à relação entre eles. A versão merleau-pontiana da intencionalidade situa não a consciência mas o corpo no centro dessa correlação.

²Todas as citações diretas dos textos consultados em línguas estrangeiras são realizadas segundo tradução nossa.

³Cumprе lembrar que a classificação concebida por Piaget que correlaciona certas faixas etárias a certos estágios da diminuição progressiva do realismo nominal não é rígida. Crianças com 5 ou 6 anos de idade podem apresentar um discurso que denote um avanço nesse processo maior do que o observado em crianças um pouco mais velhas.

⁴Notas de leitura e notas de trabalho inéditas dedicadas a Descartes. Disponíveis na Bibliothèque Nationale de France.

REFERÊNCIAS

- BARBARAS, R. De la parole à l'être: le problème de l'expression comme voie d'accès à l'ontologie. In: _____. *Le tournant de l'expérience: recherches sur la philosophie de Merleau-Ponty*. Paris: Vrin, 1998. p. 183-199.
- BARBARAS, R. *La perception: essai sur le sensible*(1994). Paris: Vrin, 2009.
- BIMBENET, E. *Nature et humanité: le problème anthropologique dans l'oeuvre de Merleau-Ponty*. Paris: Vrin, 2004.
- CARBONE, M. La dicibilité du monde. La période intermédiaire de la pensée de Merleau-Ponty à partir de Saussure. In: HEIDSIECK, F. (Org.). *Merleau-Ponty: le philosophe et son langage*. Grenoble: Université Pierre Mendès, 1993. p. 83-99.
- CASSIRER, E. *La philosophie des formes symboliques: la phénoménologie de la connaissance*. Tradução Claude Fronty. Paris: Les Éditions de Minuit, 1972. v. 3
- GELB, A. Remarques générales sur l'utilisation des données pathologiques pour la psychologie et la philosophie du langage. *Journal de Psychologie Normale et Pathologique*, Paris, v. 30, p. 403-429, 1933.
- GOLDSTEIN, K. L'analyse de l'aphasie et l'étude de l'essence du langage. In: GURWITSCH, A.; HAUDEK, E.; HAUDEK, W. *Kurt Goldstein: Selected Papers / Ausgewählte Schreften*. Netherlands: Martinus Nijhoff / The Hague, 1971a. p. 282-344.
- GOLDSTEIN, K. Significance of speech disturbances for normal psychology. In: GURWITSCH, A.; HAUDEK, E.; HAUDEK, W. *Kurt Goldstein: Selected Papers / Ausgewählte Schreften*. Netherlands: Martinus Nijhoff / The Hague, 1971b. p. 360-364.
- HUSSERL, E. *La crise des sciences européennes et la phénoménologie transcendantale* (1954). Tradução de Gérard Granel. Paris: Gallimard, 2004.
- MERLEAU-PONTY, M. *Phénoménologie de la perception*. Paris: Gallimard, 1945.
- MERLEAU-PONTY, M. *Être et monde*. Paris: [s.n.], 1959. Manuscrito acessível na Bibliothèque Nationale de France, Paris, França.
- MERLEAU-PONTY, M. *Psychologie et pédagogie de l'enfant: cours de Sorbonne 1949-1952*. Lagrasse: Verdier, 2001.

MERLEAU-PONTY, M. Le langage indirect et les voix du silence (1960). In: _____. *Signes*. Paris: Gallimard, 2003. p. 63-135.

MERLEAU-PONTY, M. *Le visible et l'invisible* (1964). Paris: Gallimard, 2006.

MERLEAU-PONTY, M. *La prose du monde* (1969). Paris: Gallimard, 2008.

MERLEAU-PONTY, M. *Le monde sensible et le monde de l'expression: cours au Collège de France, notes, 1953*. Genève: Metispresses, 2011.

PIAGET, J. *La représentation du monde chez l'enfant* (1926). Paris: Quadrige / PUF, 2003.

SAINT AUBERT, E. *Vers une ontologie indirect: sources et enjeux critiques de l'appel à l'ontologie chez Merleau-Ponty*. Paris: Vrin, 2006.

Recebido em: 31 de maio de 2011

Aceito em: 10 de outubro de 2012